

HISTORICIZANDO O CONCEITO DE GÊNERO: DA ANTROPOLOGIA FEMINISTA À EDUCAÇÃO MUSICAL

Historicizing the concept of gender: from feminist anthropology to musical education

Historizar el concepto de género: de la antropología feminista a la educación musical

VÂNIA MÜLLER

Universidade Estadual de Santa Catarina
vania.muller@udesc.br

Resumo: Este artigo procura trazer para a área de educação musical uma abordagem histórica do conceito de gênero, ao longo do século XX, da perspectiva antropológica e feminista. Referenciando o caráter multidisciplinar na configuração epistemológica da área da educação musical, descreve contribuições conceituais e teóricas relevantes, na trajetória de elaboração do conceito de gênero enquanto categoria útil de análise social. Parte do fator biológico, objetivando apontar alguns dos determinismos que mantiveram a desigualdade de gênero na estrutura social. Objetiva também tornar acessível uma fundamentação teórica problematizada, para pesquisas na educação musical, situando-a, brevemente, na emergente produção decolonial na área. Pretende estimular licenciandas/os e professoras/es de música já atuando, no meio rural e urbano, bem como nas graduações e pós-graduações de nossas universidades, a se apoiar teoricamente no enfrentamento de questões de gênero que transversalizam práticas músico pedagógicas. Conclui que o conceito de *agência* pode favorecer práticas de educação musical que oportunizem tempos-espacos emancipatórios, em favor da igualdade dos papéis sociais de gênero.

Palavras-chave: Gênero. Educação musical. Antropologia feminista.

Abstract: This article seeks to bring to the area of Music Education, a historical approach to the concept of gender, throughout the 20th century, from an anthropological and feminist perspective. Referencing the multidisciplinary character in the epistemological configuration of the Music Education area, it describes relevant conceptual and theoretical contributions, in the trajectory of elaboration of the concept of gender as a useful category of social analysis. Part of the biological factor, aiming to point out some of the determinisms that maintained gender inequality in the social structure. It also aims to make accessible a problematized theoretical foundation, for research in Music Education, placing it, briefly, in the emerging decolonial production in the area. It intends to stimulate music graduates and teachers already working, in the rural and urban environment, as well as in the graduations and post-graduations of our universities, to theoretically support themselves in the confrontation of gender issues that cross pedagogical music practices. It concludes that the concept of agency can favor musical education practices that provide emancipatory time-spaces, in favor of the equality of gender social roles.

Keywords: Gender. Music education. Feminist anthropology.

Resumen: Este artículo busca traer al área de Educación Musical, un acercamiento histórico al concepto de género, a lo largo del siglo XX, desde una perspectiva antropológica y feminista. Haciendo referencia al carácter multidisciplinario en la configuración epistemológica del área de Educación Musical, describe aportes conceptuales y teóricos relevantes, en la trayectoria de elaboración del concepto de género como categoría útil de análisis social. Parte del factor biológico, con el objetivo de señalar algunos de los determinismos que mantuvieron/mantienen la desigualdad de género en la estructura social. También pretende hacer accesible un fundamento teórico problematizado, para la investigación en Educación Musical, ubicándolo, brevemente, en la producción descolonial emergente en el área. Se busca estimular a los graduados y docentes de música ya actuando, en el medio rural y urbano, así como en los cursos de pregrado y posgrado de nuestras universidades, a apoyarse teóricamente en el enfrentamiento de las cuestiones de género que atraviesan las prácticas musicales pedagógicas. Concluye que el concepto de agencia puede favorecer prácticas de educación musical que brinden espacios-tiempo emancipadores, a favor de la igualdad de roles sociales de género.

Palabras clave: Género. Educación musical. Antropología feminista.

SITUANDO UMA TRAJETÓRIA HISTÓRICA

Este artigo pretende somar-se às abordagens temáticas da área de educação musical, que contemplam o que vem sendo chamado, também no âmbito da Associação Brasileira de Educação Musical (Abem), de “temas emergentes”, vide o recente I Fórum de Temas Emergentes da Educação Musical Brasileira,¹ promovido pela nossa associação. Uma das ênfases nas reflexões de palestrantes apontava para a necessidade de a área contemplar mais acentuadamente, em pesquisas e formação de educadores/as musicais, o contexto de grupos sociais discriminados, lá mencionados nominalmente: o grupo LGBTQIA+;² o racismo contra pessoas negras, indígenas e imigrantes; a inferiorização de mulheres ainda em diversas instâncias; a inferiorização de pessoas escolarizadas no ensino público; e a inferiorização de pessoas pobres.

Destaco esse fato com muita satisfação e esperança, pelo que se pode vislumbrar em construção de conhecimento abarcando campos de estudo já consolidados, o que vem ao encontro da diversidade epistêmica da área, naquela ocasião reafirmada. Tratar das identidades sociais de classe, gênero, racialização, sexualidades, religião e geração – ou *marcadores sociais de diferença*, como mais usualmente são chamados no campo dos estudos de gênero – ratifica e explicita a natureza epistemológica multidisciplinar que constitui a educação musical. Sem desconsiderar estudos já realizados na área,³ aqui abordo algumas paragens da trajetória conceitual e teórica percorrida pela antropologia e pelo movimento feminista, trazendo uma breve contextualização de como o conceito de gênero se desenvolveu enquanto categoria útil de análise social (Scott, 1990) e, assim, já contribuiu com pesquisas em diversas áreas do conhecimento.

Saliento a centralidade de seu caráter relacional, ou seja, tratar de gênero é sempre tratar de relações de gênero. Isso nos diz respeito diretamente, partindo do princípio que nossas atividades músico-pedagógicas sempre se dão em um grupo social, entre pessoas que se relacionam e, portanto, produzem intersubjetividades, também generificadas, transversalizadas pelo gênero. A prática de uma orquestra sinfônica, a de um grupo de choro, a de uma roda de rap, a de uma canção em sala de aula, ou uma roda de capoeira no pátio da escola ou na rua são também práticas regulatórias na construção – ou subversão – de identidades de gênero, ou mesmo a aula individual ministrada em casa, entre professor/a e aprendiz.

Assim como nos contextos exemplificados acima, este artigo pretende fomentar que questões de gênero também sejam contempladas no âmbito das redes de ensino da escola básica, subsidiando professoras/es de música, em perguntas que também se fizeram as pesquisadoras acadêmicas aqui

¹ Foram realizados três encontros online, abertos ao público em geral, em função da pandemia da Covid-19, nos dias 2, 9 e 23 de abril de 2020. O do dia 2 de abril, ao que me refiro, pode ser acessado em https://www.youtube.com/watch?v=e9_Oih5ResQ.

² Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexo, assexuais e mais (+) variantes da sexualidade humana.

³ Ver Lopes da Silva (2019), Gomes (2017), Zerbinatti, Nogueira e Pedro (2018); Pages (2020) e Wenning (2019).

mencionadas, no período inicial da problematização da desigualdade social entre mulheres e homens, como: por que o sujeito mulher é/foi o dominado e o sujeito homem o dominador? Por que homens têm visibilidade e prestígio social, enquanto o anonimato é/foi o lugar social das mulheres? Por que ainda existem “coisas de mulher” e “coisas de homem”?

Essas são algumas das questões iniciais que mobilizaram a academia e o movimento feminista, em vários campos científicos, na problematização da lógica hegemônica que inferiorizava tudo que se relacionasse à mulher, na busca de respaldo científico para denunciar as injustiças sociais que estavam – e estão ainda hoje, em diversos lugares – naturalizadas e justificadas por seu atrelamento à hierarquização que normatizava – e, em diversas instâncias, ainda normatiza – a inferioridade da mulher perante o homem.

Muito embora as indagações acima possam ser consideradas extremamente básicas e iniciais para estudiosas/os do campo dos estudos de gênero ou com ele já familiarizadas/os, vejo pertinência em, a partir delas, à guisa de um certo didatismo, oportunizar em veículo de divulgação próprio da área da educação musical o contato com a história, mesmo que breve, de uma trajetória argumentativa da constituição do conceito de gênero. Com isso, pontuo que as reflexões aqui trazidas têm intrínseca afinidade com abordagens anticolonialistas na educação musical brasileira, conforme Luis Ricardo Queiroz (2020) e Leonardo Batista (2018). Muito embora os estudos decoloniais (Mignolo, 2017; Quijano, 2010; Spivak, 1998) não estejam em foco no presente texto, as assertivas aqui expostas sugerem tomar o gênero como categoria social que viabiliza pesquisar práticas musicais e a música “como um fenômeno complexo e amplo que abrange ética e justiça social” (Queiroz, 2020, p. 184), pois que é constitutivo do que Anibal Quijano (2010) nomina de “a colonialidade do poder”.

Detalhando a abrangência do poder colonialista através do gênero, a filósofa argentina María Lugones, pesquisadora feminista, aponta que o colonialismo nos deixou o gênero “como um conceito colonial e como um modo de organização de relações de produção e de propriedade, de cosmologias e de modos de conhecimento (Lugones, 2018, p. 239). Conforme a autora,

O motivo para historicizar a formação do gênero é que sem essa história, continuamos a centrar a nossa análise no patriarcado; isto é, numa formação de gênero opressiva, hierárquica e binária que repousa sobre a supremacia masculina, sem que tenhamos qualquer compreensão clara dos mecanismos pelos quais a heterossexualidade, o capitalismo e a classificação racial se tornam impossíveis de compreender separadamente. O patriarcado heterossexualista tem sido um quadro de análise a-histórico. Entender a relação entre o nascimento do sistema de gênero colonial/moderno e o nascimento do capitalismo colonial global – considerando a centralidade da colonialidade do poder para esse sistema de poder global – significa compreender de uma nova maneira a organização da vida no presente (Lugones, 2018, p. 239-240).

Essa historicização do conceito de gênero procura apontar à pesquisa e à docência em educação musical a importância de se considerar os contextos de investigação e docência – de orquestras sinfônicas a rodas de rap, de práticas musicais em igrejas a práticas musicais escolares – como fenômenos socioculturais, permeados por poderes colonialistas, desde suas relações transversalizadas também pelo gênero.

Estudos antropológicos, ao longo do século XX, buscaram compreender o universo relacional mulheres/homens, tendo o movimento e a crítica feminista como propulsores e aliados na tentativa de desmistificar verdades e desconstruir valores que determinavam um fato dado: a diferença gerando desigualdade. Desde o início do século XX, algumas mulheres passaram a se manifestar criticamente sobre sua realidade concreta e observável, que era de um mundo de submissões para as mulheres e de privilégios para os homens, tanto no espaço público quanto no doméstico. Assim, surge o conceito de gênero como categoria de análise para pesquisas em diversos campos da ciência. A partir da década de 1970, principalmente nos Estados Unidos, os estudos antropológicos de gênero e a antropologia feminista trouxeram, a partir de investigações em contextos culturais diversos, contribuições que foram sedimentando e confirmando sua utilidade enquanto categoria de análise, ao mesmo tempo que revelaram a complexidade dos imbricamentos de fatores interdependentes na constituição das relações de grupos sociais, uma vez que eram permeadas, também, por questões de gênero.

O artigo também pretende destacar a importância de algumas autoras e pesquisadoras, pelos desdobramentos que trouxeram ao conceito de gênero e suas conseqüentes implicações, que revolucionaram, por exemplo, o paradigma do sujeito universal, sempre percebido e expressado no masculino. Elas iniciaram a subversão da ordem que normatizava – e ainda normatiza em diversos espaços – o uso do termo “o homem” para se referir a toda humanidade, generalizadamente no masculino, como também subverteram verdades que reduziam e fixavam a sexualidade humana, ajustada precisamente, no padrão da heteronormatividade.

Assim como algumas mulheres e a academia se perguntaram por que há “coisas de mulher” e “coisas de homem”, este artigo pretende estimular licenciandas/os e professoras/es de música, já atuando no meio rural e urbano, nos nossos interiores e capitais, bem como nas graduações e pós-graduações de nossas universidades, a se apoiar teoricamente, no enfrentamento dos desafios de sala de aula em torno de questões de gênero. Em minha prática docente na formação de futuras/os educadoras/es musicais, ainda observo e registro colocações como “por que os meninos do meu estágio não cantam, e correm pros instrumentos muito antes das meninas?”; “por que na minha turma de estágio as meninas têm seus violões e flautas com adesivos cor-de-rosa, e os meninos, não?”; “por que a banda de rock do primeiro ano do ensino médio não quer a participação de uma menina?”; “por que aqueles colegas do mestrado não compreendiam nem meu gosto nem minha capacidade de fazer ciência”?

PAPÉIS SOCIAIS E A CONSTITUIÇÃO DO GÊNERO: CONCEITO E PRÁTICA

Análises antropológicas em diferentes agrupamentos humanos, que se orientavam pela marca de diferença social dada pelo gênero, pretendiam discutir os papéis sociais estabelecidos para a mulher e para o homem, denunciando o determinismo biológico que gerava – e justificava – desigualdades: mulher – corpo menor e menos força física = inferior; homem – corpo maior e mais força física = superior. Assim, criticando a concepção biológica essencialista, que se vale da diferença de sexo entre mulher e homem como explicação para a divisão de seus papéis sociais – respectivamente nominados de papéis femininos e papéis masculinos, os trabalhos de pesquisa revelavam que as diferenças são marcadas por atributos histórica e socialmente construídos, podendo variar com o tempo, o lugar, a cultura.

Margaret Mead foi a campo, em 1931, para investigar três tribos distintas, na Nova Guiné. Esse trabalho – que resultou no livro intitulado *Sexo e temperamento* (Mead, 2003) – revelou, de forma ilustrada, a possibilidade de organização humana coletiva em que mulheres e homens têm seus papéis sociais desvinculados de suas características biológicas, físicas/genitais. Seu objetivo era basicamente “descobrir em que grau as diferenças temperamentais entre os sexos eram inatas e em que medida eram culturalmente determinadas, e além disso investigar minuciosamente os mecanismos educacionais ligados a essas diferenças” (Mead, 2003, p. 165).

Em uma das tribos, os *tchambuli*, a autora observou um comportamento de papéis sociais exatamente oposto aos costumes ocidentais hegemônicos: as mulheres eram as líderes, parceiras dominadoras, “e o homem a pessoa menos responsável e emocionalmente dependente” (Mead, 2003, p. 268). Em outra tribo, os *mundugumor*, Mead (2003, p. 168) observou que também não tinham “o sexo como base para o estabelecimento de diferenças de personalidade”, pois mulheres e homens eram “ativamente masculinos, viris e sem quaisquer das características suavizadoras e adoçantes que estamos acostumados a crer inalienavelmente femininas”. Já entre os *arapesh*, “o ideal é o homem dócil e suscetível, casado com uma mulher dócil e suscetível” (Mead, 2003, p. 268). A partir de revelações como essas, esse estudo de Margaret Mead contribuiu de maneira definitiva para a compreensão de que os papéis sociais não são naturalmente dados e definidos, e que inclusive as noções do que seja feminina/o e masculina/o são atributos que podem ter diferentes significados em diferentes culturas.

A antropologia feminista pretendeu desconstruir a ideia de que seriam naturais as características que marcam a diferença entre mulher e homem e, assim, designariam naturalmente, por sua vez, os papéis sociais correspondentes que, conseqüentemente, resultam em dominação aceitável e legítima do homem. Segundo Michelle Rosaldo (1995, p. 17), a dominação masculina

não é inerente a nenhum conjunto isolado ou mensurável de fatos onipresentes. Parece ser, antes, um aspecto da organização

da vida coletiva, uma padronização das expectativas e crenças que produz um desequilíbrio na forma em que as pessoas interpretam, avaliam e respondem às formas particulares de ações femininas e masculinas.

Ou seja, os papéis sociais são reafirmados no cotidiano da vida pública, doméstica, institucional, nas divisões do mundo do trabalho e, assim, reafirmam e vinculam ao gênero o aspecto biológico, naturalizando o fato de que diferença de sexo resulte em desigualdade; o que inevitavelmente reproduz inferioridade e submissão para a mulher e supremacia e privilégios para o homem. Nas palavras de Rosaldo (1995, p. 18),

tanto quanto as evidências de variação comportamental sugerem que gênero é menos um produto de nossos corpos do que das nossas formas sociais e modos de pensamento, ao mesmo tempo parece difícil acreditar que desigualdades sexuais não sejam enraizadas nos comandos de uma ordem natural. Minimamente, pareceria que certos fatos biológicos – o papel das mulheres na reprodução e, talvez, a força masculina – têm operado de uma forma não necessária, mas universal, de moldar e reproduzir a dominação masculina.

As origens dessa submissão da mulher, Rosaldo (1995) as discute em “O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural”, refletindo sobre os mecanismos de como culturalmente se desenvolveu a supremacia do homem e do *status* do que é percebido como masculino. A autora critica a busca de verdades universais, indicando que se veja “os papéis das mulheres e dos homens como o produto da ação humana em sociedades históricas e concretas” (Rosaldo, 1995, p. 12).

Nessa direção, outras duas autoras trazem importantes contribuições a partir de seus trabalhos, apontando para o que e como olhar as relações humanas no interior de “sociedades históricas e concretas”, repetindo Rosaldo acima, para compreender as origens da inferioridade da mulher e a correspondente supremacia do homem: Gayle Rubin e Joan Scott.

Rubin, em “O tráfico de mulheres, notas sobre a economia política do sexo”,⁴ de 1975, um texto emblemático e precursor na história do feminismo, busca explicar a desigualdade de gênero que gerou a inferioridade atribuída cultural e historicamente à mulher, fundamentando-se em Freud, Lacan,⁵ Engels e Lévi-Strauss. Estes autores fornecem, a partir de suas diferentes áreas específicas do conhecimento, “ferramentas conceituais com as quais é possível construir uma parte da vida social como o lugar da opressão da mulher, das minorias sexuais e de alguns aspectos da personalidade

⁴ “The traffic in Women: notes on the ‘political economy’ of sex”.

⁵ Não abordarei aqui a importante crítica de G. Rubin à psicanálise de Freud e Lacan. Informo que constam no texto mencionado os argumentos da autora e o diálogo com esses autores, de extrema relevância no desenvolvimento das concepções de G. Rubin sobre o sistema sexo/gênero.

dos indivíduos” (Rubin, 1975, p. 159, tradução minha). Isso torna possível acessar o “sistema sexo/gênero [como] um conjunto de arranjos pelos quais a sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e no qual essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (Rubin, 1975, p. 159, tradução minha).

Para compreender a abrangência – e, talvez, a profundidade – do conceito *circulação de mulheres*, a meu ver é importante salientar que Gayle Rubin o extrai da obra *Estruturas elementares do parentesco*, do antropólogo Claude Lévi-Strauss, que, por sua vez, desenvolve esse trabalho a partir do conceito de *dom* de Marcel Mauss; onde a circulação, a troca e a reciprocidade dos dons são considerados o princípio das relações sociais: “circulação de rituais, nomes, ornamentos, ferramentas, poderes, alimentos, encantamentos” (Rubin, 1975, p. 172, tradução minha). Lévi-Strauss agrega o casamento à teoria da reciprocidade primitiva, como a mais básica circulação, onde a mulher se constitui no mais precioso dom. Além disso, argumenta que o tabu do incesto deveria ser entendido como o mecanismo que garante o intercâmbio entre famílias e grupos diferentes, ou seja, a reprodução da espécie. Nas suas palavras, “a proibição do incesto é menos uma regra que proíbe o casamento com a mãe, a irmã, a filha, do que uma regra obrigando a mãe, a irmã e a filha a serem dadas a outros. É a regra suprema da circulação” (Lévi-Strauss, 1969, p. 481 apud Rubin, 1975, p. 173, tradução minha).

Para Rubin, através desses pressupostos, Lévi-Strauss indica a obrigatoriedade da heterossexualidade e a desigualdade entre os sexos, pois, afirmando que “a essência dos sistemas de parentesco repousa na circulação de mulheres entre os homens, ele constrói uma teoria implícita da opressão sexual” (Rubin, 1975, p. 171). O conceito *circulação de mulheres*, desta forma, ilustra exatamente o movimento de uma “necessidade” do campo biológico – a reprodução – na direção do âmbito do comportamento social; o trânsito da “causa” biológica se tornando papel social generificado.

Rubin (1975) afirma que, dentro de nosso sistema ocidental de sociedade, a circulação de mulheres levantada por Lévi-Strauss tem importância crucial, pois impõe socialmente a divisão de sexo, o que resulta em *gênero* ser um produto social antes de sexual – se é que se pode dizer assim; a circulação de mulheres o leva embutido consigo e faz circular no interior das relações sociais as “regras”: “a organização social do sexo repousa sobre o gênero, a heterossexualidade obrigatória e o controle da sexualidade feminina”.

A “circulação de mulheres” é um conceito [...] que coloca a opressão das mulheres no interior do sistema social, e não na biologia. Além disso, sugere que visemos, como primeiro locus da opressão feminina, a troca de mulheres em vez da troca de mercadorias (Rubin, 1975, p. 175, tradução minha).

Além de apontar uma relação direta entre a mulher – tomada como mercadoria – e o sistema capitalista, Rubin assinala a falha em como o marxismo clássico percebe a opressão sexual, a partir do conteúdo de *A origem da família*,

da propriedade privada e do Estado,⁶ de Engels, no qual ele discorre, historicamente, sobre a família e o casamento. A crítica de Rubin a Engels é por este autor separar a opressão sexual do modo de produção/opressão capitalista e, a autora alerta também, que ele traz elementos históricos e morais que vão delinear como e o que é o feminino e o que é o masculino no sistema capitalista. Ela chama a atenção para a importância definitiva das considerações de Engels, pois definem a base de como encontramos a sexualidade, o sexo e a opressão sexual na materialidade do sistema econômico e político em que estamos inseridos.

Ainda na busca de fundamentar teoricamente a compreensão sobre as origens da inferioridade da mulher e a correspondente supremacia do homem, a antropologia feminista teve significativas contribuições da historiadora Joan Scott. Em seu artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, sua própria definição de gênero traz implícita a complexidade de aspectos a se considerar, quando se trata de significar a *relação de gênero* nas relações sociais. Como Scott (1990, p. 14) coloca:

Minha definição de gênero tem duas partes e diversas subpartes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser distinguidas na análise. O núcleo essencial da definição repousa sobre a relação fundamental entre duas proposições: o gênero é constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder.

Assim, esta autora argumenta que o gênero pode se apresentar no contexto das relações sociais através de quatro elementos:⁷

[a] os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas [...]; [b] os conceitos normativos que põem em evidência as interpretações do sentido dos símbolos [...]; [c] a noção de fixidez que produz a aparência de uma permanência eterna na representação binária do gênero; [d] a identidade subjetiva (Scott, 1990, p. 14-15).

Sem pretender minimizar a importância de nenhum dos aspectos acima delineados por Scott – ao contrário, saliento que ela própria afirma que “nenhum dentre eles pode operar sem os outros” (Scott, 1990, p. 15) –, é relevante focar o aspecto “b”, os conceitos normativos, para o que estou querendo chamar a atenção, pois eles se encontram expressos

nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tomam a forma típica de uma oposição binária, que

⁶ Originalmente publicado em alemão, *Der Ursprung der Familie, des Privateigentums und des Staats*, em 1884.

⁷ Registro que esse texto de Joan Scott (1990) me tem sido de grande contribuição pedagógica e investigativa, desde Müller (2010), e tenho utilizado sobremaneira esses quatro elementos assim sistematizados pela autora. De maneira que esta mesma citação se encontra em Müller (2013, p. 346).

afirma de maneira categórica e sem equívocos o sentido do masculino e do feminino. [...] A posição que emerge como posição dominante é, contudo, declarada a única possível (Scott, 1990, p. 14-15).

Ou seja, quase podemos visualizar como os conceitos normativos se tornam *prática*, sendo transportados para se materializar onde foram/são vividos, reificados cotidianamente no interior das relações sociais, perpetuando a lógica da norma dominante – a da oposição binária, perpetuando, de geração em geração, a inquestionabilidade sobre o que é feminino, o que é masculino.

PRÁTICAS REGULATÓRIAS E AGÊNCIA EM GÊNERO

Pode-se perceber na história construída pelos estudos de gênero, através da sistematização de pesquisas, estudos e debates vindos de diversas áreas do conhecimento, que houve a preocupação em encontrar uma definição do conceito de gênero e a busca permanente pela compreensão aprofundada, e mais elucidada possível, de como se dão as relações sociais a partir do sistema sexo/gênero, e/ou a compreensão da medida em que relações de gênero determinam e são determinadas por constructos simbólico-culturais, que estão no seio dos grupos sociais. Nesse sentido, alguns estudos mostram que nem todos os valores hegemônicos são perpetuados todo o tempo, nem em todos os lugares, e que nem sempre são reificados cotidianamente no interior das relações sociais.

As exceções são igualmente observadas pela antropologia, valorizando o sujeito como uma instância não generalizável no interior da cultura, rompendo com os universalismos biológicos e simbólicos. Os estudos antropológicos de gênero passam a interpretar na visão do nativo, o significado que ele dá, por exemplo, ao que seja feminino e masculino. Esses estudos seguem a linha da antropologia interpretativa, que tem Clifford Geertz (1978) como representante e defensor de que, metodologicamente, as investigações sejam focadas no sujeito, e não nos símbolos em si. Seu argumento é de que os significados que devem interessar à antropologia são os significados que os símbolos têm para o sujeito investigado e como este os incorpora e os interpreta.

Essa é a abordagem que defende Sherry Ortner (1996), ao propor o estudo de gênero através da *teoria da agência*, que tem o foco na visão do sujeito sobre seus próprios significados. Outro trabalho afim é o de Sônia Maluf (1992), que observou, em Florianópolis, nas narrativas locais sobre bruxas, uma inversão da norma hegemônica local. As práticas das bruxas davam poder às mulheres, dentro de um sistema tido como de supremacia dos homens. Outro trabalho é o de Marilyn Strathern (1988), que através do conceito de agência estuda as relações de gênero nas ilhas da Melanésia.

Vanessa Lea (1994, p. 86), no texto “Gênero feminino Mebengokre (Kayapó): desvelando representações desgastadas”, ao tentar compreender como se organizam atividades femininas e masculinas naquela tribo indígena encontrou nela que há “uma esfera ou uma lógica feminina como alternadamente englobando ou sendo englobada pela esfera ou lógica masculina”,

que resulta em algumas instâncias de poder que são das mulheres, e outras instâncias de poder que são dos homens. Portanto, esclarece a autora, o termo “subordinação” não é apropriado para caracterizar a relação de gênero daquela tribo:

A valorização, pelos próprios Mebengokre, do conhecimento das mulheres e de sua *agency* relativa ao sistema onomástico, pintura corporal, choro cerimonial e à horticultura, evidencia o fato de que o rótulo de subordinação é inapropriado. [...] Não estou querendo argumentar que as mulheres dominam a sociedade Mebengokre, mas tampouco são vítimas passivas de agentes masculinos (Lea, 1994, p. 115).

Esse trabalho revela que cada gênero se organizava de acordo com o que se esperava dele, o que gerava mecanismos de regulação e agência tanto nas mulheres quanto nos homens.

Os estudos de gênero na antropologia e os estudos feministas em geral contribuíram enormemente com o que se conhece, hoje, a respeito de: como as diferenças puderam se tornar desigualdades; como se deu histórica e culturalmente o processo de invenção e construção do gênero com início na diferença de corpo da mulher e do homem; por que a heterossexualidade foi/é obrigatória; por que a sexualidade da mulher foi/é controlada e reprimida; por que vivemos numa sociedade que estruturalmente se organizou com a inferioridade da mulher.

A EDUCAÇÃO MUSICAL ENQUANTO ESPAÇO DE AGÊNCIA

A partir da afirmação de Lea (1994, p.87): “É enquanto agente que o indivíduo desempenha um papel na reprodução ou na transformação do seu mundo” podemos imaginar que, neste exato momento, um número infinito de agentes (mulheres e homens) segue reproduzindo o conhecido sistema hegemonicamente binário, de inferioridade da mulher – para resumir-lo. Contudo, compactuo com o otimismo de Ortner, quando acredita que a agência também diz respeito à emancipação dos sujeitos e, assim, pode suscitar alteridades para uma nova ordem social, a começar por nossas relações sociais mais imediatas; e aqui sugiro trazer à mente nossas atividades músico-pedagógicas e respectivas pessoas com as quais elas nos colocam em interação, inevitavelmente – crianças, adolescentes ou adultos; coordenações pedagógicas e direções, da escola básica e da universidade; mães e pais de estudantes, centros comunitários, ONGs, etc.

A teoria da agência pode favorecer a educação musical que fazemos, na observação dos modos como os sujeitos que experimentam alguma alteridade – hoje categorizados como minorias – significam e regulam suas relações sociais e sua relação com o mundo, generificadamente. Pode favorecer, também, a observação desse mesmo sujeito nas intersecções com outros marcadores sociais de diferença, como a racialização/etnia, classe, geração, sexualidades e religião, se acessarmos os modos como individualmente

ela/ele se agencia e como regula sua alteridade, na nossa sala de aula e atividades musicais, dentro de seu grupo social, e no interior de sua cultura.

Como coloca Vanessa Lea (1994, p. 87), o conceito de agente “[...] permite um entendimento mais refinado da relação entre a estrutura social e o indivíduo”, entendimento do qual educadoras/es – musicais ou não – não deveriam se eximir e, portanto, é desejável que a área de educação musical fomente pesquisas e outros fóruns a respeito, a exemplo do aqui mencionado acima, na Abem, e também, a exemplo do recente encontro promovido pelo Fórum Latino-Americano de Educação Musical (Fladem), Educação Musical, Gênero e Sexualidade.⁸

A investigação de Wenning (2019) *Docência de música e diversidade de gênero e sexualidade: um estudo com professores/as de música da educação básica* traz ilustrações e férteis reflexões a respeito da relação indivíduo/estrutura social, ao procurar “identificar dificuldades e desafios que professores/as de música da educação básica enfrentam em relação à diversidade de gênero e sexualidade ao ensinarem música” (Wenning, 2019, p. 15). É um estudo que descreve com tocante humanidade as tensões e preconceitos que vivenciam professores/as de música na escola, como agentes que buscam resistir às opressões postas estruturalmente na ambiência do mundo do trabalho, perante suas individualidades:

[...] uma vez que gênero e sexualidade são parte de nossas vidas e do cotidiano de professores/as e estudantes. A escola tem servido tanto para reforçar estereótipos e preconceitos quanto, por meio de dispositivos legais e políticas públicas, para tentar combatê-los. A educação escolar tem sido campo de embates em relação ao seu papel, tendo em vista a garantia do respeito à diversidade. A música, em particular, participa da construção de nossas ideias acerca de gênero e sexualidade, assim como de nossas identidades de gênero e de sexualidade (Wenning, 2019, p. 14).

Essa natureza de circunstância ilustra aquilo que podemos observar comumente em nossas escolas e diversas instituições: de alguns modos estamos sob o domínio colonial, onde o gênero é um de seus aspectos constituintes; a “dominação cultural e a referência elitista dos colonizadores ainda ressoam fortemente na colonialidade que modela as referências de família, raça, gênero, classe social, cultura, música, entre muitas outras categorias” (Queiroz, 2020, p. 156).

Refletindo sobre a colonialidade eurocentrada que modela os saberes escolares legitimados e hegemônicos, portanto excludentes, Batista (2018, p. 135) questiona: “Até que ponto a perspectiva colonial eurocentrada, demarcada no processo de Educação Musical na Educação Básica, inferioriza,

⁸ Ver live da Ação Fladem Brasil Online, realizada em 16/06/20, com Glauber Resende, Haruê Tanaka e Helena Lopes, em: <https://www.youtube.com/watch?v=PmQM4su8CA>.

subalterniza e deslegitima conhecimentos outros?” Trazendo essa questão para a perspectiva da hegemonia das representações colonizadas de gênero, penso que é válido parafraseá-la assim: até que ponto a perspectiva colonial eurocentrada, demarcada no processo de educação musical na educação básica, inferioriza, subalterniza e deslegitima representações outras de gênero e de sexualidades?

Este texto procurou apontar que há uma política de poder do gênero, constitutiva da ordem social. É necessário assumir que toda educação musical, por se dar no que está ordenado socialmente, não é e nunca foi neutra. A ordem social foi histórica e culturalmente elaborada, pois definiu, e ainda define em determinadas ambiências, a vida no tempo presente. É preciso compreender que é nela, a partir de suas elaborações e condicionamentos sócio-históricos, que fazemos as escolhas para nossos conteúdos, repertórios e modos de atuar na educação musical. Sugiro considerar a agência observada nesta breve descrição da trajetória das políticas de poder do gênero na ordem social, para uma educação musical emancipatória, dentro da escola e em seus mais diversos contextos de atuação.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, Leonardo M. Educação Musical, relações étnico-raciais e decoloneidade: tensões, perspectivas e interações para a Educação Básica. *Orfeu*, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 111-135, dez. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/orfeu/issue/view/Orfeu%2C%20v.3%2C%20n.%202%20%282018%29>. Acesso em: 2 mar. 2021.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GOMES, Rodrigo C. S. *MPB no feminino: notas sobre relações de gênero na música brasileira*. Curitiba: Appris, 2017.
- LEA, Vanessa. Gênero feminino Mebengokre (kayapó): desvelando representações desgastadas. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 3, p. 84-116, 1994.
- LOPES DA SILVA, Helena. *Música, juventude e a construção da identidade de gênero no espaço escolar*. Curitiba: Appris, 2019.
- LUGONES, María. Heterossexualismo e o sistema de gênero colonial/moderno. In: BAPTISTA, Maria Manuel (org.). *Gênero e performance: textos essenciais 1*. Coimbra: Grácio Editor, 2018. p. 239-270.
- MALUF, Sônia Weidner. Gênero, poder feminino e narrativas de bruxaria. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSHINI, Cristina (org.). *Entre a virtude e o pecado*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 191-212.

MEAD, Margaret. *Sexo e temperamento*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. Tradução Marco Oliveira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 32, n. 94, p. 1-18, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v32n94/0102-6909-rbcsoc-3294022017.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2021.

MÜLLER, Vânia B. *Indivíduo músico, músico universal: uma etnografia na Itiberê Orquestra Família*. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Centro de filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

_____. Música e gênero: impressões de um trabalho de campo no Rio de Janeiro. In: NOGUEIRA, Isabel P.; FONSECA, Susan C. (org.). *Estudos de gênero, corpo e música: abordagens metodológicas*. 3. ed. Goiânia: Anppom, 2013. v. 3, p. 336-353.

ORTNER, Sherry. *Making gender: the politics and erotics of culture*. Boston: Beacon Press, 1996.

PAGES, Tamiê. *Mulheres no PEPEU: o poder interruptor da Educação Musical Feminista*. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

QUEIROZ, Luis Ricardo Silva. Até quando Brasil? Perspectivas decoloniais para (re)pensar o ensino superior em música. *PROA: revista de antropologia e arte*, Campinas, v.10, n. 1, p. 153-199, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/proa/article/view/3536>. Acesso em: 11 fev. 2021.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 73-117.

ROSALDO, Michelle. O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 1, n. 1, p 11-36, 1995.

RUBIN, Gayle. The traffic in Women: notes on the ‘political economy’ of sex. In: REITER, Rayna R. (ed.). *Toward anthropology of women*. New York: Monthly Review Press, 1975. p. 157-210.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, 1990.

SPIVAK, Gayatri. Can the subaltern speak? In: WILLIAMS, Patrick; CHRISMAN, Laura (ed.). *Colonial discourse and post-colonial theory: a reader*. New York: Harveter – Wheatsheat, 1998. p. 66-111.

STRATHERN, Marilyn. *The gender of the gift: problems with women and problems with society in Melanesia*. Berkeley: University of California Press, 1988.

WENNING, Gabriela Garbini. *Docência de música e diversidade de gênero e sexualidade: um estudo com professores/as de música da educação básica*. 2019. Dissertação (Mestrado em Música) – Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

ZERBINATTI, Camila Durães; NOGUEIRA, Isabel Porto; PEDRO, Joana Maria. A emergência do campo de música e gênero no Brasil: reflexões iniciais. *Descentrada: revista interdisciplinaria de feminismos y género*, La Plata, v. 2, n. 1, e034, 2018. Disponível em: <https://www.descentrada.fahce.unlp.edu.ar/article/view/DESe034/9212>. Acesso em: 2 mar. 2021.

Recebido em 03/08/2020, aprovado em 22/03/2021

Vânia Beatriz Müller possui bacharelado em Música pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), mestrado em Educação Musical pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e doutorado interdisciplinar em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É docente no Departamento de Música da Universidade Estadual de Santa Catarina (Udesc), onde atua na formação de educadoras/es musicais, a partir da problematização da cultura sistêmica e, nela, a música, a escola. Coordenou a área Música no Pibid/Capes/Udesc de 2011 a 2019. É líder do Grupo de Pesquisa musicAR: artisticidade. cultura. educação musical, com foco na performance musical enquanto um ritual social e na sua produção de subjetividades. Seus estudos fazem interface com neoliberalismo, desigualdade social e decolonialidade, particularmente quanto ao gênero e sua interseccionalidade com a classe e a racialização. <https://orcid.org/0000-0002-1554-3572>